

SÉRIE
PRINCÍPIOS

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

- 127 **Artigo e crase**
Marta Aparecida Baccaga
- 128 **História do negro brasileiro**
Clóvis Moura
- 129 **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional**
Antonio Carlos Workmer
- 130 **Articulação do texto**
Eliás Guimarães
- 131 **O Império de Carlos Magno**
José Roberto Melo
- 132 **Novas tecnologias em educação**
Lili Kawamura
- 133 **Comunicação do corpo**
Monica Rector e Aluizio R. Trinta
- 134 **Terceiro Mundo - Conceito e história**
Tuilo Vigevani
- 135 **Introdução à sociologia do trabalho**
Augusto Caccia Bava Jr.
- 136 **Morfemas do português**
Valter Kehdi
- 137 **Educação, tecnocracia e democratização**
Marta de Lourdes Manzini Covre
- 138 **Evolução humana**
Celso Piedemonte de Lima
- 139 **Neologismo - Criação lexical**
Ieda Maria Alves
- 140 **Amazônia**
Bertha K. Becker
- 141 **Introdução ao maneirismo e à prosa barroca**
Siegismundo Spina e Morris W. Croil
- 142 **As duas Argentinas**
Emanuel Soares de Veiga Garcia
- 143 **O Período Regencial**
Arnaldo Fazolli Filho
- 144 **A Antiguidade Tardia**
Walter Freitas Oliveira
- 145 **Planejamento familiar**
Gilda de Castro Rodrigues
- 146 **Introdução à terapia familiar**
Magdalena Ramos
- 147 **Língua e sexo**
Márcio Couillard
- 148 **Aristocratas versus burgueses? - A Revolução Francesa**
T. C. W. Banning
- 149 **O Tratado de Versalhes**
Ruth Henig

SÉRIE
PRINCÍPIOS

Clóvis Moura

Professor do Ensino Superior
e Jornalista em São Paulo

FACULDADES INTEGRADAS NOVE DE JULHO
BIBLIOTECA

HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO

08
P 952
180
2583

2.ª edição



545 23982
94(82).024
m 930 h
2 ed
2.2
c 9 147322

Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli

Preparação de texto
Sérgio Roberto Torres

Edição de arte (miolo)
Milton Takeda
Divina Rocha Corte

Composição/Diagramação em vídeo
Aristeu Escobar

Capa
Ary Normanha
Antonio Ubirajara Domencio

CENTRO UNIVERSITÁRIO PENINOVE	
BIBLIOTECA	
DATA 11/07/07	Se Chamada m 9 29h
Tombo	Acquisição: NF Preço

ISBN 85 08 03452 0

1992

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

A nossa civilização vem da costa d'África.
BERNARDO DE VASCONCELOS

Sumário

1. O grande povoador	7
O negro dinamiza demograficamente o Brasil	8
Presença nacional do negro	11
Deslocamento para as áreas de trabalho	13
2. O negro escravo no Brasil-Colônia	15
Como o escravo se alimentava e era castigado	16
... Do eito para a senzala... ..	19
3. A quilombagem como agente de mudança social	22
A prática da quilombagem	24
Principais quilombos brasileiros	25
4. A variável cultural	33
Cultura de resistência	34
Autodefesa da cultura oprimida	36
5. O negro e sua participação política	39
As invasões holandesas e o negro	40
Sempre querendo a mudança social	42
Na linha de frente	43

O negro como massa de manobra	46
Conquista-se a Independência, conserva-se a escravidão... ..	48
Uma república de homens livres no Brasil escravista	50
6. A decadência da escravidão e a crise do sistema	54
De perseguido a <i>protegido</i>	56
Decomposição do sistema e comportamento senhorial	58
7. Em busca da cidadania	63
As festividades iniciais da Abolição	63
A revolta da chibata	66
Uma voz independente para o negro	69
A Frente Negra Brasileira	72
Nova articulação	74
Renascimento negro	77
8. Vocabulário crítico	80
9. Bibliografia comentada	82

1

O grande povoador

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da visão dessa riqueza.

Entretanto, não foi apenas pelo trabalho que os negros contribuíram para que o Brasil chegasse a ser o que é atualmente. Na cultura que aqui se formava, eles replasmaram os seus padrões culturais de acordo com as necessidades que surgiam. Com isto se autopreservaram, em grande parte, da opressão do sistema escravista.

Esta história começa com a chegada das primeiras levas de escravos vindos da África. Isto se dá por volta de 1549, quando o primeiro contingente é desembarcado em São Vicente. D. João III concedeu autorização a fim de que cada colono importasse até 120 africanos para as suas

propriedades. Muitos desses colonos, no entanto, protestaram contra o limite estabelecido pelo rei, pois desejavam importar um número bem superior. Por outro lado, alguns historiadores acham que bem antes dessa data já haviam entrado negros no Brasil. Afirmam mesmo que na nau *Bretoa*, para aqui enviada em 1511 por Fernando de Noronha, já se encontravam negros no seu bordo. Essa presença, como vemos, confunde-se com a formação da Colônia e, depois, do Império, chegando até os nossos dias.

A consolidação da economia colonial intensificou o tráfico de africanos para o Brasil, especialmente para o Nordeste, onde um tipo de agroindústria se concentrou e floresceu com o cultivo da cana-de-açúcar.

O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados. Enquanto o Reino vinha para a aventura da colonização pensando em um breve regresso, deixando, muitas vezes, a família em Portugal, o negro africano sabia que a sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam.

O negro dinamiza demograficamente o Brasil

O primeiro (o branco) ou se instalava no comércio, ou lutava para conseguir cartas de sesmaria, terras, finalmente para iniciar suas atividades na agricultura. E para a concessão de sesmarias exigia-se a posse de escravos. Um cronista da época dirá, por isto, que os escravos negros eram as mãos e os pés do Brasil.

Com o deslocamento do eixo econômico da Colônia para o Nordeste, para lá também se concentra o fluxo demográfico de negros vindos da África. Para avaliarmos o crescimento da Colônia com essa entrada permanente de africanos, basta dizer que em 1586 as estimativas davam uma

população de cerca de 57 000 habitantes — e deste total 25 000 eram brancos, 18 000 índios e 14 000 negros. Segundo o cálculo de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de 3 250 000 habitantes, havia um total de 1 582 000 escravos, dos quais 221 000 pardos e 1 361 000 negros, sem contarmos os negros libertos, que ascendiam a 406 000.

Prosseguindo a chegada de africanos, aumentava o seu peso demográfico no total da população brasileira. Para o biênio 1817-1818, as estimativas de Veloso de Oliveira davam, para um total de 3 817 000 habitantes, a cifra de 1 930 000 escravos, dos quais 202 000 pardos e 1 361 000 negros. Havia, também, uma população de negros e pardos livres que chegava a 585 000. No século XVIII, o qual, segundo o historiador Pandiá Calógeras, foi o de maior importação de africanos, a média teria chegado a 55 000 entrados anualmente. Essa massa populacional negro-africana, embora concentrando-se especialmente na região nordestina, se espalhará, em maior ou menor quantidade, por todo o território nacional.

Embora não tenhamos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos importados pelo tráfico, podemos fazer várias estimativas. Elas variam muito e há sempre uma tendência de se diminuir esse número, em parte por falta de estatísticas e também porque muitos historiadores procuram *branquear* a nossa população. Essas discussões sobre o número de africanos entrados no Brasil se reacenderam quando se procurou quantificar essa população africana escrava, e posteriormente a afro-brasileira, para com isto estabelecer-se o padrão do que se poderia chamar de *homem brasileiro*.

A apuração da nossa realidade étnica excluiria o branco como representativo do nosso homem. Daí se procurar subestimar o negro no passado e a sua significação atual.

Essas estimativas variam desde a do historiador Rocha Pombo, que calcula em 10 000 000 o número de negros africanos entrados, às de Renato Mendonça, que afirmou ter sido de 4 830 000. Esse autor, que fez os seus cálculos base-

ado em estatísticas aduaneiras, não sabemos apoiados em que critérios, pois desde 1831 o tráfico era considerado ilegal, elaborou o seguinte quadro:

NÚMERO DE ESCRAVOS ENTRADOS NO BRASIL (avaliação feita baseada em estatísticas aduaneiras)				
Período	Região	Entradas anuais	Total anual	Total da importação
século XVI	todo o Brasil	—	—	30 000
século XVII	Brasil holandês	3 000	8 000	8 000
século XVIII	Pará	600	25 000	2 500 000
	Recife	5 000		
	Bahia	8 000		
	Rio de Janeiro	12 000		
século XIX (até 1850)	Rio de Janeiro	20 000	50 000	1 500 000
durante o tráfico	—	—	—	4 850 000

Fonte: MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935.

Esses dados, como se pode facilmente compreender, são inexatos e/ou incompletos. O problema do contrabando obviamente não foi computado como uma variável a ser considerada. Mas o certo é que quase 40% do total de africanos retirados do Continente Negro durante a existência do tráfico foram desembarcados no Brasil. Conforme dissemos, ele se distribuiu por todo o território nacional.

Em 1819, pelas estatísticas de Veloso de Oliveira, assim se distribuía a nossa população nacionalmente, segundo o quadro apresentado por Calógeras:

Biblioteca "Prof. José Sterópoli"

Províncias	Livres	Escravos	Total	% de escravos
Amazonas	13 310	6 000	19 350	31,6
Pará	90 901	33 000	123 901	26,6
Maranhão	66 668	133 332	200 000	66,6
Piauí	48 321	12 405	60 726	20,3
Ceará	145 731	55 432	201 170	27,6
Rio Grande do Norte	61 812	9 109	70 921	12,8
Paraíba	79 725	16 723	96 448	17,4
Pernambuco	273 832	97 633	371 465	26,3
Alagoas	69 094	42 879	111 973	38,3
Sergipe	88 783	26 213	141 996	22,8
Bahia	330 649	147 283	477 912	30,8
Espírito Santo	52 573	20 272	72 845	27,7
Rio de Janeiro e a corte	363 940	146 060	510 000	23,4
São Paulo	160 656	77 667	238 323	32,6
Paraná	49 251	10 191	59 442	17,2
Santa Catarina	34 859	9 172	44 031	21,9
Rio Grande do Sul	63 927	28 253	92 180	30,7
Minas Gerais	463 342	168 543	631 885	26,9
Goiás	36 368	26 800	63 168	42,5
Mato Grosso	23 216	14 180	37 396	38,6

Fonte: RAMOS, Artur. *Introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1943.

Presença nacional do negro

Segundo fica demonstrado por estes dados que refletem a distribuição nacional da população negra, esta foi, apesar da sua condição de inferioridade econômica e social, a grande povoadora do nosso território. E não apenas povoou, mas criou pequenas comunidades rurais em todo o território nacional através de quilombos, fundando núcleos populacionais, muitos dos quais existem até hoje.

Por ter sido a escravidão um fato de ordem nacional, a presença do negro, escravo ou livre, também se espalhou nacionalmente. Em 1872, quando a população negra escrava entrava já em declínio, os escravos constituíam 15,2% da população do país, nenhuma região tinha menos de 7% de habitantes escravos e a taxa mais alta era de apenas 19,5%. Podemos por esses dados ver, de um lado, a expressão nacional da população negra escrava e, de outro, a progressiva diminuição dessa população percentualmente em relação ao século precedente. Convém salientar, porém, que nessa estatística não foi computada a população negra livre, o que aumentaria em muito esses percentuais.

Mas o certo é que o negro (quer escravo, quer livre) foi o grande povoador do nosso território, empregando o seu trabalho desde as charqueadas do Rio Grande do Sul aos ervais do Paraná, engenhos e plantações do Nordeste, pecuária na Paraíba, atividades extrativas na Região Amazônica e na mineração de Goiás e Minas Gerais. O negro não apenas povoaou, mas ocupou os espaços sociais e econômicos que, através do seu trabalho, dinamizavam o Brasil.

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro-escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. No entanto, esse fato não contribuiu em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização.

Houve, de um lado, uma demanda mundial pelos produtos aqui produzidos, mas, de outro, uma impossibilidade estrutural de os produtores dessa riqueza participarem e se beneficiarem dela.

Isto ocorreu durante todo o tempo em que perdurou o regime escravista. Após 1530, quando se pode falar real-

mente em colonização, com engenhos montados em São Vicente, iremos encontrar um dinamismo crescente na produção colonial brasileira. No século XVI a nossa produção já era superior à América espanhola. Os cronistas quinhentistas mais representativos, como Fernão Cardim, Gabriel Soares de Souza e o padre Anchieta, avaliam a cifra de 300 000 arrobas para a produção anual do açúcar brasileiro, o que daria uma renda *per capita* das mais altas do Brasil em todos os tempos. No outro século essa produção se duplica. No entanto, como já dissemos, a grande população negra escrava não participava da divisão dessa riqueza, sendo considerada igual aos animais e assim tratada.

Deslocamento para as áreas de trabalho

Se isto aconteceu no período da produção açucareira, a mesma coisa iremos constatar no período da mineração. Minas Gerais desponta e consegue o seu apogeu até o último quartel do século XVIII, como uma nova e florescente etapa da exploração colonial, a mais importante, segundo as autoridades de Portugal.

O negro é deslocado para preencher os vazios demográficos dessa nova faixa de trabalho. Não leva apenas o seu trabalho, contudo, mas a sua cultura, ensinando técnicas de metalurgia e mineração, aperfeiçoando métodos de trabalho, extraindo o ouro, procurando diamantes para proporcionar a riqueza dos contratadores e da Coroa portuguesa. O negro escravo em Minas Gerais, por questões particulares, sofre as mais violentas formas de controle no trabalho, é vigiado diariamente. Quando fugia, tinha toda uma milícia de capitães-do-mato para persegui-lo. Mesmo assim conseguia extrair do subsolo mineiro toda a riqueza que foi enviada para Portugal e se destinava ao pagamento da dívida que a metrópole havia contraído com a Inglaterra.

Por outro lado, o decréscimo da população negra escrava depois de 1850, quando é extinto o tráfico, deve-se à sua grande mortalidade, pois, segundo cálculos confiáveis, a média de "vida útil" do escravo era de 7 a 10 anos. Mesmo assim, a sua influência povoadora em toda a extensão geográfica do Brasil se fez e se faz sentir, conforme demonstram todos os recenseamentos que foram feitos, incluindo o último, de 1980. O negro foi o grande povoador da nação brasileira durante a sua evolução social e histórica.

Por isto salientamos, aqui, o seu papel como *semeador de cidades*, através da formação de núcleos quilombolas em âmbito nacional, tendo-se notícias desses aglomerados rebeldes desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, conforme veremos oportunamente.

2

O negro escravo no Brasil-Colônia

Esse grande povoador do Brasil que foi o negro, povoou-o, porém, em condições desfavorabilíssimas, pois o fez na condição de escravo. O auge do escravismo coincide com o auge da exportação do açúcar para o mercado internacional. Este montante de produção, para que houvesse equilíbrio, necessitava externamente de um comprador que o consumisse todo e, internamente, de homens que trabalhassem para gerá-lo em condições de dar lucros compensadores aos senhores de engenho.

Durante o período do Brasil-Colônia, quando chega ao seu esplendor a produção açucareira, registra-se também o pico da importação de negros escravos. Mas essa produção era conseguida através de normas de trabalho estabelecidas pela classe senhorial e pelas estruturas de poder da época. E cabe perguntar: em que condições os escravos produziam essa riqueza?

As descrições de testemunhas variam, mas a realidade na sua essência é uma só: o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma ins-

tituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo. Um dos observadores dessa época, Antonil, assim descreveu as condições sob as quais o escravo negro trabalhava:

No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pés, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau; contudo prova a Deus, que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer coisa pouco provada ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos; pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e freio dourado.¹

Como o escravo se alimentava e era castigado

A alimentação, por seu turno, não era a de fartura que alguns autores descrevem, quando afirmam que o negro era o elemento mais bem-alimentado do Brasil colonial. Pelo contrário. Vilhena, descrevendo o tipo de alimentação do escravo e o comportamento dos seus senhores no particular, pinta uma situação de calamidade alimentar, pois alguns desses nem comida davam aos seus cativos. No final do século XVIII ele assim descreve a situação dos escravos no particular:

[...] dever-se-ia de justiça e caridade providenciar sobre o bárbaro e cruel e inaudito modo como a maior parte dos senhores tratam os desgraçados escravos de trabalho. Tais há que não lhes dando sustento algum lhes facultam somente trabalharem no domingo ou dia santo em um pedacinho de terra

¹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulências do Brasil*. Salvador, Progresso, 1950, p. 55.

a que chamam "roça" para daquele trabalho tirarem seu sustento para toda a semana acudindo somente com alguma gota de mel, o mais grosseiro, se é tempo de moagem.²

Ainda sobre o mesmo assunto, Ademar Vidal, baseando em uma testemunha da época, afirma que

A comida era jogada ao chão. Seminus, os escravos dela se apoderavam num salto de gato, comida misturada com areia, engolindo tudo sem mastigar porque não havia tempo a esperar diante dos mais espertos e mais vorazes.³

A jornada de trabalho era de catorze a dezesseis horas, sob a fiscalização do feitor, que não admitia pausa ou distração. Quando um escravo era considerado preguiçoso ou insubordinado, aí vinham os castigos. O feitor, ou um escravo por ele designado, era o executor da sentença. Conforme a falta, havia um tipo de punição e de tortura. Mas a imaginação dos senhores não tinha limites, e muitos criavam os seus métodos e instrumentos de tortura próprios. Mas de modo geral eram esses os principais instrumentos de tortura, aviltamento ou disciplina de trabalho:

<i>instrumentos de captura e contenção</i>	correntes, gonilha ou goliha, gargalheira, tronco, vira-mundo, algemas, machos, cepo, corrente e peia.
<i>instrumentos de suplicio</i>	máscaras, anjinhos, bacalhau, palmatória.
<i>instrumentos de aviltamento</i>	gonilha, libambo, ferro para marcar, placas de ferro com inscrições infamantes.

² VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, Itapoá, 1969. 3v., v. 1, p. 185. Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas.

³ VIDAL, Ademar. *Costumes e práticas do negro*. In: II CONGRESSO AFRO BRASILEIRO - SALVADOR, 1937. *O negro no Brasil*. São Paulo, Civilizações Brasileiras, 1940, p. 37.

Segundo Artur Ramos, a quem devemos o esquema acima:

Esta classificação é evidentemente forçada e tem um interesse meramente didático. Os instrumentos de captura convertem-se facilmente em instrumentos de suplício, como é fácil deduzir-se. As correntes, os troncos, as algemas e machos visam principalmente à contenção do escravo, para transportar ou para impedir-lhe a fuga. Mas esses instrumentos, provocando a imobilidade forçada, tornam-se um verdadeiro suplício. Ainda mais: qualquer um dos instrumentos de captura ou de suplício tem um aviltamento moral.⁴

Os dois instrumentos de suplício mais usados eram o tronco e o pelourinho, onde eram aplicadas as penas de açoite. O primeiro poderemos colocar como o símbolo da Justiça privada, e o segundo como símbolo da Justiça pública. Mas, de qualquer forma, a disciplina de trabalho imposta ao escravo baseava-se na violência contra a sua pessoa. Ao escravo fugido encontrado em quilombo mandava-se ferrar com um F na testa e em caso de reincidência cortavam-lhe uma orelha.⁵ O justicamento do escravo era na maioria das vezes feito na própria fazenda pelo seu senhor, havendo casos de negros enterrados vivos, jogados em caldeirões de água ou azeite fervendo, castrados, deformados, além dos castigos corriqueiros, como os aplicados com a palmatória, o açoite, o vira-mundo, os *anjinhos* (também aplicados pelo capitão-do-mato quando o escravo capturado negava-se a informar o nome do seu dono) e muitas outras formas de se coagir o negligente ou rebelde.

Na divisão social do trabalho, noventa por cento ou mais dos escravos eram destinados às atividades da agroin-

⁴ RAMOS, Artur. *A aculturação negra no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1942, p. 110.

⁵ O texto desse alvará encontra-se em: MOURA, Clóvis. *Quilombos; resistência ao escravismo*. São Paulo, Atica, 1988, p. 20.

dústria açucareira, atividades nas minas ou fazendas de café. Os outros eram os chamados escravos domésticos.

Esses escravos, assim distribuídos na hora do trabalho, finda a faina cotidiana, eram recolhidos às senzalas, onde se amontoavam sem nenhuma condição de higiene ou conforto. Os escravos que não eram do eito e do engenho, da faiscação ou plantação de café, trabalhavam na casa do senhor como mucamas, cozinheiras, cocheiros, carregadores de liteiras, transportadores de *tigres*, limpadores de estrebarias, moleques de recado, doceiras, amas-de-leite, parteiras, carregadores de lenha e inúmeras outras ocupações que faziam funcionar a casa-grande.

Toda essa população que vivia literalmente excluída de qualquer direito político constituía a única fonte produtora de bens, sob a coerção extra-econômica que a sua condição de semovente permitia. Como vemos, o escravo era o trabalhador fundamental de uma economia que exigia uma técnica muito complexa, pois não era apenas uma economia extrativa, mas uma agroindústria cuja diversificação interna do trabalho era bem acentuada.

... Do eito para a senzala...

Antonil assim descreve a sociedade escravista na época do Brasil-Colônia:

Toda a escravatura (que nos maiores engenhos passa o número de 150 a 200 peças contando as dos partidos) quer mantimentos e fardas, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e para isso são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos, velames, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas que por sete ou oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e para isto é mister dois barcos velejados, para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar, os grandes matos, os muitos carros, e muitas juntas de boi para se

trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas equipações de bois. Querem enxadas e foices. Querem as serrarias machados e serras. Quer a moenda de toda a casta de paus de lei sobressalente, e muitos quintais de aço e de ferro. Quer a carpintaria madeiras seietas e fortes para esteios, vigas aspas e rodas; e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber: serras, trados, verrumas, compassos, régua, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantins e junteiras, pregos e plainas. Quer a fábrica de açúcar faróis, e caldeiras, tachas e bacias, e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre. [...] São finalmente necessários, além das senzalas dos escravos e além da morada do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos, todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor de engenho com seu quarto separado para os hóspedes, que no Brasil, falto totalmente de estalagens, são continuos; e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas, e a casa de purgar, caixaria, alambique e outras cousas, que por miúdas aqui se escusa apontá-las e delas não se falará.⁶

Esse longo período é muito elucidativo, pois mostra, muito bem, pelos instrumentos enumerados na primeira parte; como o negro escravo atuava em todos os níveis da divisão do trabalho, não apenas plantando e/ou colhendo cana, mas participando das técnicas e profissões exigidas para a prosperidade e o dinamismo dos engenhos. Na segunda parte, por outro lado, vemos o grande número de pessoas que se beneficiavam, direta ou indiretamente, desse trabalho, com todo um rosário de membros parasitários, indo dos funcionários fiscalizadores, padres, hóspedes e parentes até especialmente o senhor de escravos.

Neste mundo economicamente fechado, durante o Brasil-Colônia somente quem trabalhava era o negro escravo. O fausto dessa economia, que permitia aos senhores importarem seda e vinhos da França e o seu comportamento de

⁶ ANTONIL, André João. Op. cit., p. 18-9.

verdadeiros nababos, tinha como único suporte o trabalho da escravaria, que vivia sob as formas mais violentas de controle social, num clima de terrorismo permanente, ou se rebelava e fugia para as matas, organizando quilombos, onde reencontrava a sua condição humana.